

VEREDAS 23 (Santiago de Compostela, 2015), p. 39-47.

## A propósito dum 10 de Junho: avisos à investigação em literatura portuguesa da expansão

HÉLIO J. S. ALVES

halves@uevora.pt

Universidade de Évora

(Portugal)

Data de receção: 01/12/2014

Data de aceitação: 29/05/2015

O presidente da comissão organizadora das comemorações do Dia de Portugal do ano de 2013, José Silva Peneda, proferiu no dia 10 de Junho uma alocução na cerimónia protocolar de investimento das condecorações e insígnias com que a figura mais alta do Estado, em nome de todos os portugueses, agraciou algumas dezenas de personalidades pelos méritos demonstrados na vida pública. Nesse discurso solene, Silva Peneda quis confirmar que nós (isto é, os portugueses), nas palavras dele, fomos historicamente «um povo fazedor de pontes», um povo «com jeito especial» para «estabelecer compromissos» e promover a «convivência entre os povos». Chegou então o inevitável Camões. «Quando, n’*Os Lusíadas*, Vasco da Gama se dirige ao Samorim e lhe propõe as bases dum tratado comercial» – disse Silva Peneda –, «está a construir uma ponte entre a cultura, a economia e a mudança de mentalidades da época». Não sei bem como se faz uma ponte entre a cultura, a economia e uma mudança, seja esta de mentalidades ou outra qualquer – quando era criança, lembro-me de aprender que a ponte então chamada “Salazar” era uma ponte *suspensa*; talvez isso explique a coisa – mas sei que Silva Peneda pôs os alicerces da sua ponte nos seguintes versos, citados por inteiro: «E se queres, com pactos e lianças/de paz e de amizade, sacra e nua,/comércio consentir das abundanças/das fazendas da terra sua e tua,/por que creçam as rendas e abastanças/(por quem a gente mais trabalha e sua)/de vossos reinos, será certamente/de ti proveito, e dele glória ingente». Concluiu então Silva Peneda, em jeito de tradução para b-a-bá dirigida aos menos prevenidos nas convoluções sintácticas camonianas: «Digamos, pois, que a busca de compromisso é uma componente indissociável da nossa cultura».

Se trouxe esta alocução dum 10 de Junho para o nosso colóquio foi porque, nada trazendo de novo a um acto ideológico sobremaneira conhecido e sobejamente praticado por várias e até divergentes correntes de pensamento político em Portugal, as palavras de Silva Peneda têm a vantagem, relativamente a práticas anteriores, de incidir explicitamente sobre um dos trechos de Camões mais carregados de sentido irónico, quer no cômputo geral d’*Os Lusíadas*, quer na história literária *grosso modo* renascentista, permitindo-me, assim, introduzir a questão do emprego do “literário” para suportar explicações históricas donde, por sua vez, se extraem rotundas afirmações morais iniciadas por um “digamos, pois”. É que a investigação, para ser digna do nome, tem de lidar, e saber lidar, com o problema desta relação, amiúde tornada tão imediata como no Dia de Portugal, entre o histórico, o poético e o meramente ideológico, uma relação que tudo tem a ver com a tal “ponte entre a cultura, a economia e a mudança”, porquanto é tão improvável como ela.

Vejamos o caso particular referido no discurso. Ao colocar na boca de Vasco da Gama esta afirmação, Camões tinha alguns textos fundamentais por trás; aquilo que, em linguagem pós-estruturalista (Kristeva, Genette) chamamos *hipotextos* ou, mais biologicamente, textos-pais, isto é, textos capazes de gerar outros textos, textos capazes de reprodução. Um deles é histórico, ou pretende sê-lo: trata-se de João de Barros, na *Primeira Década* da sua *Ásia*, publicada 20 anos antes de *Os Lusíadas*, que, a dado passo, reza assim:

*ele senhor rei [D. Manuel] o enviava com aqueles três navios a lhe notificar esta sua tenção, e sendo-lhe aceita [pelo Samorim de Calecut], armaria mui grossas naus carregadas desta fazenda, e a ordem e modo do comércio e preço das cousas seria aquele que fosse em proveito d’ambos. (Livro IV, cap. 8)*

Não direi muito sobre os equívocos que o texto de Camões produz com base em hipotextos correlatos, porque já o fiz, em detalhe, noutra ocasião (Alves 2001, p. 490-96). Concentrar-me-ei agora apenas na afirmação final, aquela que converte o *proveito* do rei de Portugal e do samorim de Calecut, segundo João de Barros, em proveito deste e glória daquele, segundo Camões: «de ti proveito, dele glória ingente». O sentido é: se tu, Samorim, concordares com este pacto que te proponho, então terás tu o lucro, e o meu senhor, o rei de Portugal, terá a glória. O Vasco da Gama camoniano não está interessado no proveito mútuo que João de Barros indicou, mas tão-só na glória do seu rei, delegada no seu capitão. Os motivos da *mudança* em relação ao texto de Barros podem ser vários, e arriscaria mencionar os mais prováveis: 1) a Camões repugnaria salientar as vantagens financeiras do rei de Portugal neste negócio; 2) o código épico gosta da glória como valor ético mas menospreza tudo o que tenha a ver com capitalismo; 3) ambas estas razões em simultâneo.

Não será de surpreender que o passo camoniano tivesse causado impressão. A denegação implícita de que o rei de Portugal teria vantagens financeiras a obter com o comércio asiático agitou algumas cabeças. Para mais, quando João de Barros, o mais canónico dos cronistas do Império, salientava quase em cada página a importância do comércio para o amor entre as gentes – ou, como diria Silva Peneda, para a convivência entre os povos. O trecho de Camões, nesse aspecto, era e é ambíguo, pois parece enfatizar os valores económicos (as abundâncias a crescer, as rendas e abastanças por que “a gente mais trabalha e sua”, como se o trabalho fosse um valor em si que se recompensa com rendimentos e dinheiro) para, no fim, afirmar que, de algum modo, Portugal dispensa esses valores, dá-os aos outros (indianos), trocando-os pela “glória”.

A ironia é indesmentível, embora seja muito duvidoso que ela contenha humor. Além do mais quando, como procurei demonstrar, há muitos anos já, em trabalho sobre o assunto, o discurso do Gama ao Samorim não pode cindir-se daquilo que Camões nos informa acerca do que ia na mente da sua personagem, nomeadamente que as verdadeiras intenções do rei português não eram as de livre comércio, mas que «armas e naus e gente mandaria/Manuel, que exercita a suma alteza,/com que a seu jugo e Lei someteria/das terras e do mar a redondeza» (VIII, 57). Como escreveu Camilo Castelo Branco, estes homens, mais do que comerciantes, eram «uma falange de piratas».<sup>1</sup>

Quem se não deixou enganar com as palavras do Gama foi Milton em *Paradise Lost*. No famoso discurso em que Satã procura a aliança do Caos e da Noite, tenta convencê-los de que o verdadeiro lucro da aliança é deles, Caos e Noite, e não dele mesmo, dizendo: «Yours be the advantage all, mine the revenge», «vós tereis toda a vantagem, eu a vingança» (Livro II, v. 987). Como alguns comentadores não deixaram de notar, a alusão de Milton a Camões é transparente, estando a *vantagem* no lugar do *proveito*, e a *vingança* de Satã no lugar da *glória* de D. Manuel.

Mas muito menos conhecido – diria mesmo: totalmente desconhecido – é o que as palavras do Gama efectuaram dentro da própria literatura portuguesa. A julgar pela manutenção das interpretações dominantes do discurso do Gama ao Samorim, não só no 10 de Junho mas na própria escrita académica de muitas décadas, é pouco provável que algum trabalho se tenha realizado no sentido de buscar a herança legada por aquelas irónicas palavras, deixando para os investigadores presentes e futuros uma vereda e um desafio promissores.

Assim, tal como Camões pegou no texto de João de Barros para o modificar subtilmente, também Jerónimo Corte-Real pegou no relato anónimo do naufrágio do galeão S. João, na versão impressa na década de 1550 cujo único exemplar conhecido se en-

<sup>1</sup> A frase completa de Camilo encontra-se transcrita em *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quinhentista*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 2001, p. 483. No mesmo livro, pp. 490-496, comenta-se o citado trecho d’*Os Lusíadas*.

contra na Biblioteca de D.Manuel II em Vila Viçosa, para lhe operar uma subtil mas radical alteração de sentido no seu poema sobre a tragédia de Manuel de Sousa Sepúlveda e sua esposa Lianor de Sá.

Veja-se primeiro o que diz o relato anónimo. Segundo este, um grupo de africanos apareceu aos náufragos a perguntar-lhes quem eram e que buscavam. Os portugueses

*...responderam que eram cristãos que se perderam em ãa nau, que lhe rogavam que os guiassem pera o rio grande que estava mais avante, e também se tinham alguns mantimentos que lhos comprariam.*

*(apud Koiso 2004, p. 540; sublinhados meus)*

A situação, particularmente a sua última parte – em que a falta de mantimentos e a fome já sofrida pelos náufragos se tornava patente –, trouxe à mente do poeta algo de poderoso que não está no texto do relato. Com efeito, o aproveitamento poético do anónimo prosador resultou no seguinte:

*O que podeis fazer e agardecido  
Será de nós com dádiva sem falta  
É que nos deis caminho a um grande rio  
Onde queremos ir cá mais avante,  
E se aqui mantimentos tendes, dai-nos  
Os que havemos mister por qualquer preço:  
A vós fareis proveito, e a nós outros  
Com benefício tal dareis a vida.*

*(Sepúlveda, Canto xv, sublinhados meus)*

O texto poético afirma, com maior cuidado na frase e mais talento rítmico, o mesmo que o relato anónimo, ao ponto de algum do vocabulário coincidir: *rio grande*, *mais avante*, *mantimentos*. Mas além de enfatizar a pobreza e quase desesperação dos portugueses – a afirmação que comprarão os mantimentos que os africanos tiverem “por qualquer preço” –, o passo de Corte-Real alude directamente ao verso de Camões que, mais tarde, Milton haveria também de recordar. E alude-lhe por intermédio duma intertextualidade irónica, em que, se o *proveito* para os “outros” será (ao contrário do que sucede com o Gama d’*Os Lusíadas*) inegável – tal é a desvantagem comercial em que os náufragos portugueses se encontram –, em troca estes terão agora, não a *glória* mas a *vida*. O produto comercial a receber pelos portugueses trar-lhes-á tão-somente a mera sobrevivência.

O poema de Sepúlveda desenha, portanto, uma nova relação intertextual e, por inerência, um novo sentido histórico ao caso, que deixa de ser apenas um episódio infeliz das navegações portuguesas, chocante mas privado e doméstico, para assumir um sentido público enorme, onde, não somente a expansão portuguesa em outros continentes, mas também todo o sentido duma transacção, comercial e ético-política entre “nós” e os “outros”, é objecto de uma devastadora *mudança* de sentido. Por outras palavras, o rigor cronístico do texto de Corte-Real é inegável, mas também o é o impacto

sobre a História dos elementos de significação introduzidos pelo autor, que, à falta de melhor palavra, designarei de elementos “literários”.

Repare-se que o leitor não funciona neste caso por extrapolação. Isto é, não se trata de olhar para a chamada “História Trágico-Marítima” e ver nela o contra-discurso das glórias épicas, como a crítica hodierna tem salientado por interpretação *sua*; trata-se, isso sim, de olhar para o valor exacto do texto enquanto texto, determinar a relação intertextual efectiva, constatá-la e, só num acto posterior, avaliar-lhe o sentido e a importância. O método é tão rigoroso e científico como qualquer outro, evita os vislumbres simbólicos, sempre uma tentação para quem se formou em estudos literários..., e permite compreender como a dimensão histórica dum texto, especialmente um de reportagem, ou suposta reportagem, de factos acontecidos, é inseparável da sua dimensão (volto a chamar-lhe assim) “literária”. O literário não é um estilo que se acrescenta à narrativa histórica, mas é parte integrante da narrativa histórica, perturbando-a decisivamente *enquanto* narrativa histórica.

Não obstante, no estudo e pesquisa acerca de textos relevantes para a Expansão, costuma praticar-se uma diferenciação entre o tratamento “literário” e o tratamento “histórico”. Na tradição crítica luso-brasileira, a distinção remete o “histórico” para a capacidade de *retratar* a época, e o “literário” para o que normalmente se chamava *estilo*. É assim que a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto suscitou muito interesse “histórico” (seria ou não verdadeiro, real, o que ele escreveu?), mas raro interesse “literário” – até há relativamente pouco tempo, ninguém apreciava a *Peregrinação* por motivos artísticos. É assim também que João de Lucena, muito menos valorizado do ponto de vista “histórico” do que Mendes Pinto, ganhou relevo do ponto de vista “literário”, isto é, como «exemplar de boa linguagem», como afirmava Costa Pimpão em 1952. Mas será que estas categorias se sustentam depois dos textos serem sujeitos a análise?

Veja-se o caso das “letras de câmbio” no debate entre o Padre Francisco Xavier e os bonzos budistas japoneses na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. A dado momento do texto, o bonzo Fucarandono pergunta a Xavier

*porque vedava passarem os bonzos letras de câmbio para o céu, pois por elas as almas lá eram ricas e sem isto eram pobres sem nenhum remédio para poderem buscar sua vida? A que [o padre] respondeu que a riqueza dos que iam ao céu não consistia nos cochumiacos [– o nome que Mendes Pinto atribui a essas letras –] que por modo de tirania os bonzos cá lhe davam, senão nas obras que com fé nesta vida faziam.* (ed. 1614, cap. 212, fl. 281r)

Na opinião de alguns, o que aqui aparece é um debate «que plausivelmente não tem um fundamento histórico no sentido estrito da palavra» (Langendorff 1999, p. 132), diferenciando-se, sob esse aspecto, ainda segundo as mesmas opiniões, das *Cartas do Japão* de autoria jesuítica. Se não havia razões para autenticar as conversas relatadas

por Mendes Pinto, então abria-se o caminho para inferências de natureza literária. Daí que António José Saraiva, por exemplo, tenha considerado as letras de câmbio dos bonzos japoneses na *Peregrinação* como discurso oblíquo, não uma reportagem de factos mas um procedimento de ocultação literária, neste caso, como ele diz, uma «caricatura», uma «caricatura das indulgências» (*Fernão Mendes Pinto*, 1958, p. 25). O texto de Mendes Pinto significaria por alegoria e por ironia, aludindo indirectamente a um problema que não era japonês, mas bem presente aos leitores coevos da *Peregrinação*: a compra das indulgências papais.

A *Vida do Padre Francisco Xavier*, de Lucena, que em várias passagens, como se sabe desde José Feliciano de Castilho, parafraseia aquilo que Mendes Pinto havia escrito, tem aqui em conta, novamente, o texto da *Peregrinação*. Mas Lucena, em vez de o de-  
calcar como faz noutros lugares, reescreve o texto de Mendes Pinto da seguinte forma:

*[Furacandono] se queixou muito do padre M[estre] Francisco desprezar as letras de câmbio que os Bonzos passam pera a outra vida, obrigando-se a darem lá os Deuses per sua conta às almas dos que cá lhe fazem bem, cento por um. Porque até este particular arremedou e fingiu o Imigo em Japão. Que como Cristo Senhor nosso (segundo refere S. Jerónimo) prometeu santas e celestiais usuras às esmolas que por seu respeito e amor fizermos aos pobres (...) Assi faziam os Bonzos esperar grandes onzenas aos que lhe dessem cá sua fazenda, se não que em lugar dos bens eternos e vista gloriosa do mesmo Deus, que é o com que ele lá paga aos verdadeiros esmoleres, prometia o Demónio aos seus dinheiro, prata, arroz (Lucena, ed. 1600, Livro IX, cap. 10, p. 713).*

Lucena exhibe as diferenças que Mendes Pinto não mencionou (a autoridade de S. Jerónimo quanto às esmolas cristãs; os bens divinos concedidos aos cristãos serão espirituais, no Japão seriam materiais) e incluiu o período determinante: «até este particular arremedou [i. e. imitou] e fingiu o Imigo [i. e. o Demónio] em Japão». Qualquer semelhança entre as indulgências papais e as letras dos bonzos fica assim transformada num engano diabólico. Curiosamente, o “literário” Lucena promove certo tipo de rigor histórico, afinando as distinções conceptuais que Mendes Pinto, presumidamente o mais “histórico” dos dois, passou em claro. Não sabemos se o autor queria aludir às indulgências na *Peregrinação*, mas é evidente que fez pouco para afastar a sugestão do espírito dos leitores portugueses da obra, porquanto Lucena sentiu a aproximação no texto do seu antecessor e se esforçou imediatamente por anulá-la, sem no entanto deixar de considerar Mendes Pinto digno de grande crédito.

Dentre *Os Lusíadas*, o relato anónimo do *Naufrágio do Galeão S. João*, o poema de Corte-Real, a prosa de Mendes Pinto e a de Lucena, qual é o texto mais histórico e qual é o mais literário ou poético?

Aqui chegados, deveremos saber que a pergunta carece de sentido. O que está em causa em qualquer dos textos não é o que sucedeu naqueles dias em certo local indiano, africano ou japonês, mas antes a natureza dos discursos na sua concepção e reali-

zação: o que é dito, como é dito, por quem é dito e para quem é dito; ou seja, funções de natureza retórica. Neste contexto, é sobretudo importante que o investigador se alheie da tentação de usar os textos para fins ideológicos de *retrato*. *Loca classica* dessa tentação, alguns destes textos (Camões, o relato trágico-marítimo, a *Peregrinação*) têm sido particularmente sujeitos a pressões inadmissíveis sobre o seu significado global, servindo interesses não muito diferentes daqueles de um 10 de Junho, Dia de Portugal, ao tornarem-se em fontes de expressão ideológica, num sentido ou noutro.

Se estes textos forem estudados tal como são, enquanto falas e escrituras, não há muito por onde os declarar ilustradores da convivência entre os povos e do amor entre as gentes. Embora em sentidos diferentes, indianos, africanos e nipónicos são, por sistema, “os outros”, aqueles cujo interesse convivial português depende sempre de motivos pouco sentimentais: vantagens económicas, ecumenismo religioso ou meras questões de sobrevivência colectiva. Mas os tópicos a que se referem são narrativos e poéticos, históricos e literários, ao mesmo tempo. E não há motivo nenhum para crer que um texto supostamente mais literário ou poético seja menos histórico do que outro que reivindica este estatuto, e vice-versa.

\*\*

Todavia, para se poderem estudar os textos do Renascimento português convenientemente, faltam precisamente... os textos! Não quero dizer, claro, que eles faltem literalmente. Pelo contrário, a produção textual portuguesa da época tem poucos rivais em quantidade e qualidade – se é que tem alguns – no que diz respeito à literatura de viagens, de descobrimento e expansão, dos séculos XVI e XVII, em prosa e em verso, impressa e manuscrita. Refiro-me a textos tratados como deve ser, isto é, *filologicamente*. E neste aspecto a situação presente deixa muito a desejar.

Dos autores que mencionei, podemos começar pelo emblemático Camões de *Os Lusíadas*. Há uma plêiade imensa de edições; não existe uma única edição de autoridade, uma edição crítica e solidamente comentada. Promete-se uma da Academia das Ciências de Lisboa, há muitos anos, sem que, até agora, se tenha notícia dela. A melhor “edição” (se assim lhe podemos chamar) do texto é o CD preparado por Kenneth David Jackson, reproduzindo vinte e tantos exemplares da *princeps* espalhados por bibliotecas de todo o mundo; porém, esse magnífico CD já sofreu os reveses da tecnologia e hoje poucos computadores o conseguem ler... As *Décadas* de João de Barros, por seu turno, são o primeiro exemplo duma espécie muito propagada em Portugal: a edição facsimilada. Mas, neste caso, não se facsimilaram as edições originais, mas sim aquelas preparadas por António Baião e Lindley Cintra em pleno século XX. Por contraste, a *Terceira* e a *Quarta Década*, de Barros e Lavanha, foram efectivamente facsimiladas a partir dos impressos, respectivamente quinhentista e seiscentista, pela circunstância de que os mestres mencionados nunca terminaram o trabalho sobre a *Ásia*... Não me

entendam mal: as edições facsimiladas são úteis e, na medida do possível (conforme a qualidade da fotografia e dos tipos do exemplar utilizado), mais ou menos fiáveis; pelo menos, não costumam faltar ao texto palavras e linhas inteiras, como acontece noutros casos conhecidos. Mas acaba aí a sua utilidade; são silenciosas, desencorajam a investigação, calam o debate académico. Quanto aos poemas de Corte-Real, quem aqui vos fala iniciou uma edição parcial, crítica e comentada, sendo que o melhor até agora disponível era uma edição semidiplomática, tal como as facsimiladas, vazia de qualquer tipo de estudo do texto, do vocabulário, do estilo, das fontes etc. De resto, afora a opção fácil do facsímile ou da transcrição diplomática, sem tratamento do texto nem estudo do discurso, que temos?

A publicação rigorosa e estudo comparativo das versões dos relatos de naufrágio e da *História Trágico-Marítima* por uma investigadora japonesa. A longamente prometida edição crítica da *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, realizada finalmente por um professor espanhol. A única edição séria dos *Poemas Lusitanos* de António Ferreira em século e meio, levada a cabo por um estudioso britânico. A recuperação dos inestimáveis manuscritos literários e históricos de André Falcão de Resende, cuja degradação se conhecia há muitas décadas, por uma filóloga italiana. Uma *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, com o texto, o original quinhentista, *restored, introduced, with notes and indexes... em inglês*.

Se estes exemplos possuem o mérito de mostrar o interesse que o Renascimento português *lato sensu* tem tido para a investigação internacional – fenómeno, sem dúvida, de realçar – deve dizer-se que ele não deixa, ao mesmo tempo, de manifestar a falta quase absoluta de gente e de condições para realizar o trabalho onde e para quem ele é mais necessário. Veja-se só mais este exemplo, bastante recente: foi divulgada com grande destaque a “descoberta” duma “nova edição” dos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, de Garcia da Orta, de que faz parte um poema de Camões que, assim, surgiria em duas versões<sup>2</sup>. Não irei referir-me aos problemas filológicos que esta revelação, real ou suposta, levanta. Mas há um aspecto, sintomático, que não posso deixar de evidenciar. Essa “nova edição” foi “descoberta” na Biblioteca Pública de Évora, apesar dos catálogos desta bicentenária instituição apresentarem a existência deste exemplar desde o século XIX. O mais caricato é que o texto de Évora se encontra há bastante tempo disponível, gratuitamente e para todos, na Internet, através da Biblioteca Digital do Alentejo! É, portanto, fácil fazer a comparação, uma vez que também o exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal se encontra disponível da mesma

2 A notícia surgiu em vários jornais em Junho de 2013. Por exemplo, um artigo no *Expresso* de 8 de Junho de 2013, suplemento “Atual”, pp. 6-10, sob o título “Um Camões Inédito”, ou em <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/exposicao-dos-450-anos-da-lirica-de-camoes-revela-duas-versoes-da-mesma-ode-1596828>



forma. Mas quem é que, nas condições que sabemos, se põe a ler hoje, com olhos de ver, os exemplares dum texto difícil mas, ao mesmo tempo, tão rico, tão profundo, tão sumamente interessante como o de Garcia da Orta, de modo a apresentar uma edição crítica?...

Em suma, a falta de investigação e de investigadores sobre a materialidade textual do Renascimento português, bem como a desinformação que desvia, protela, obstaculiza e induz em erro, deixa solo fértil para o desconhecimento, a deseducação e a consequente facilidade em explorar, de ínvios modos, a credulidade, a consequente facilidade em manipular os espíritos, a consequente facilidade em reduzir as Humanidades, quer as “históricas”, quer as “literárias”, a funções decorativas, quando não a instrumentos de propaganda. Escusado será dizer que vejo o futuro da investigação como uma renovada atenção aos *textos*, à sua edição, entendimento, comentário e debate, para que os 10 de Junho dos anos vindouros possam assentar em palavras do século XVI português menos sujeitas à manipulação incontestada e ao aproveitamento indecoroso que ainda hoje se presenciam.

#### REFERÊNCIAS

- ALVES, Hélio J. S. *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 2001.
- CORTE-REAL, Jerónimo. *Obras*. Porto: Lello & Irmão, 1979.
- KOISO, Kioko. *Mar, Medo e Morte*: aspectos psicológicos dos naufragos na “História Trágico-Marítima”, nos testemunhos inéditos e noutras fontes. Cascais: Patrimonia, 2004.
- LANGENDORFF, Matthias, “A imagem das religiões na *Peregrinação*” In: SEIXO, Maria Alzira; Zurbach, Christine (Orgs.). *O Discurso Literário da «Peregrinação»*. Lisboa: Cosmos, 1999. p. 119-142.
- LUCENA, João de. *História da Vida do Padre Francisco de Xavier*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. Edição facsimilada, 2 vols.
- MILTON, John. *Paradise Lost*. London; New York: Longman, 1998.
- PENEDA, José Silva. “Discurso do 10 de Junho”. *RTP Notícias*. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=658207&tm=8&layout=122&visual=61>>.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Maia: Castoliva, 1995. Edição facsimilada da edição de 1614.